

## **EIXO 5: Política educacional, direitos humanos e diversidade social e cultural**

### **POLITICAS PUBLICAS E A UNIVERSIDADE ABERTA PARA A TERCEIRA IDADE NAS DISSERTAÇÕES E TESES: de 2000 a 2009**

**Rita de Cássia da Silva Oliveira**

Universidade Estadual de Ponta Grossa

soliveira13@uol.com.br

Grupo de Pesquisa GEJAI

Financiamento: CNPq

#### **Resumo**

O crescimento demográfico e envelhecimento da população é uma tendência mundial. Este artigo apresenta os resultados da análise de teses e dissertações defendidas no período de 2000 a 2009, em programas de pós graduação reconhecidos pela CAPES. Foram analisadas 8 dissertações que apresentam como tema central a universidade aberta para a terceira idade. Foi realizada uma revisão sistemática e análise crítica das dissertações que apresentavam esta temática no recorte temporal estabelecido. O objetivo foi identificar as principais contribuições e lacunas desses trabalhos acerca da universidade abertas para a terceira idade e os principais autores que fundamentaram teoricamente os trabalhos.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas. Universidade Aberta para a Terceira Idade. Educação. Estado do Conhecimento.

#### **INTRODUÇÃO**

No Brasil, a preocupação com o processo de envelhecimento e a fase da velhice passou a ser enfatizada em pesquisas a partir da década de 1980, quando estudos demográficos denunciam um aumento significativo no contingente de idosos em nível mundial e a necessidade de serem equacionadas as reais necessidades decorrentes do câmbio do perfil populacional.

Muitas são as resistências acerca de investigações sobre a velhice em nosso país no qual são enaltecidos os valores e a imagem do jovem em contraposição são atribuídos estereótipos negativos ao idoso, associando-os à imagem de doença, senilidade e improdutividade.

Embora seja consenso que atualmente o idoso tenha conquistado maior visibilidade e crescente respeito na sociedade brasileira, ainda a velhice constitui uma fase da vida na qual são atribuídos preconceitos e estigmas negativos, e a educação para esta faixa etária não se apresenta como prioridade e não é respeitada como direito. A educação, para as pessoas idosas, configura-se como um dos mitos construídos no imaginário social brasileiro.

Na sociedade capitalista, a educação para os idosos por muitos anos foi negada, baseada na idéia de incapacidade do idoso para a aprendizagem, reforçada pela imagem estereotipada e negativa da velhice, impondo ao idoso um panorama hostil. Surge a necessidade de políticas públicas que atendam as demandas, assegurando que os direitos básicos sejam garantidos para esta faixa etária que se encontra vulnerável em relação ao respeito de seus direitos elementares básicos, prescritos na Constituição, entre os quais ressalta-se a educação.

A Universidade Aberta para a Terceira Idade foi criada como possibilidade de inserção do idoso em um espaço educacional não formal, que proporciona a integração social, a aquisição de conhecimentos, à elevação da auto estima, à valorização pessoal, ao conhecimento dos direitos e deveres e ao exercício pleno da cidadania.

Este artigo apresenta os principais resultados da análise de teses e dissertações defendidas no período de 2000 a 2009, em programas de pós graduação reconhecidos pela CAPES. Esta análise integra uma pesquisa mais ampla que objetiva realizar uma busca e análise sistemática de trabalhos que possuem como tema central de pesquisa a universidade aberta para a terceira idade e a educação para a pessoa idosa. Neste artigo foram analisadas 8 dissertações de mestrado, que apresentam como tema central a universidade aberta para a terceira idade, uma categoria selecionada.

Realizou-se uma revisão sistemática e análise crítica das dissertações que apresentavam esta temática central, no recorte temporal estabelecido. O objetivo foi identificar as principais contribuições e lacunas desses trabalhos acerca da universidade aberta para a terceira idade, as políticas públicas e os principais autores que fundamentaram teoricamente os trabalhos.

A partir da análise destes trabalhos foram extraídos aspectos relevantes para um melhor entendimento da educação para esta faixa etária e das UATI, indicar elementos que possam enriquecer as UATI em uma perspectiva crítica, inseridas no contexto político, social e cultural, na qual emergem as propostas metodológicas, a organização e as práticas educacionais.

Para a construção dos dados na pesquisa bibliográfica utilizaram-se os meios *online*: domínio Público, Portal da CAPES, programas de Pós-Graduação em Educação e bibliotecas de teses e dissertações das Instituições de Ensino Superior.

Com este estudo pretende-se maior divulgação das produções científicas sobre essa temática, com vistas a superação de preconceitos e estereótipos negativos que são atribuídos

aos idosos na sociedade brasileira contemporânea, cumprindo assim, com o direito constitucional: a educação como direito de todo cidadão.

A necessidade de uma mudança cultural na sociedade brasileira acerca do idoso e da velhice, é consenso entre os estudiosos, mas para se efetivar evidencia-se o reconhecimento do idoso enquanto ator social, cidadão partícipe e a prescrição de uma educação para o envelhecimento com perspectivas mais otimistas.

## QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS DA INVESTIGAÇÃO

Os trabalhos elaborados cientificamente como dissertações e teses revestem-se de evidências importantes que precisam ser sistematizadas no intuito de contribuir para o delineamento de alternativas que venham a facilitar a elaboração de políticas públicas na área educacional, para ampliação de cursos e programas oferecidos para a faixa etária da terceira idade voltada para a superação das dificuldades e dos problemas existentes atualmente, na tentativa de propiciar melhor qualidade de vida, inserção e participação social ao significativo e crescente contingente de idosos.

Na análise do conteúdo das dissertações e teses foi utilizado como referencial teórico as ideias de autores que investigam e fundamentam estudos sobre a temática, entre os quais Veras (1995), Palma (2000), Jordão Netto (1997), Beauvoir (1990), Neri (1991,1995), Cachioni (2003), Oliveira (1999, 2011).

A presente pesquisa é estruturada como um exercício de revisão sistemática e de síntese das pesquisas já realizadas sobre a terceira idade, sob o recorte educacional, aqui a categoria da Universidade Aberta para a Terceira idade, defendidas entre 2000 e 2009 em Programas de Pós-Graduação em Educação brasileiros, reconhecidos e recomendados pela CAPES. Para a identificação e seleção das dissertações e teses foram consultados o banco de teses da CAPES, bibliotecas digitais dos programas, cadernos de indicadores de avaliação dos programas – CAPES e o portal domínio público ([www.dominiopublico.gov.br](http://www.dominiopublico.gov.br)).

Caracteriza-se como revisão bibliográfica com o intuito de agrupar as investigações efetivadas acerca de uma temática específica, contribuindo significativamente, com conhecimentos, para resolver aspectos específicos de uma pesquisa (DAVIES, 2007). Esta metodologia de pesquisa, para credibilidade, precisa explicitar os critérios utilizados, garantindo assim a qualidade e importância do estudo.

Embora existam diferentes níveis de elaboração destas revisões, variando do mapeamento de pesquisas, caracterizando como um estudo preliminar até as abordagens mais elaboradas e aprofundadas, com análises mais detalhadas.

Para a realização das revisões sistemáticas das produções acadêmicas previamente selecionadas buscou-se a análise e sistematização de constatações apresentadas por diferentes pesquisadores versando sobre o mesmo tema, voltada para a possibilidade da construção de práticas mais efetivas. Para que se possa atingir uma análise mais específica e profunda do conhecimento produzido sobre determinado tema são analisadas pesquisas realizadas por pesquisadores distintos, oferecendo desta maneira diferentes olhares e perspectivas de um mesmo tema.

A revisão sistemática é uma forma de síntese de pesquisa construída a partir das evidências registradas em diferentes pesquisas que versam sobre uma mesma questão, com avaliação crítica de sua metodologia e conclusões buscando assim contribuir para as políticas e práticas dela decorrentes (DAVIES, 2007).

A coleta dos dados ocorreu nos meses de outubro de 2009 a março de 2010 e atualizados até a data atual. Assim sendo, apenas as dissertações e teses disponibilizadas no ambiente virtual foram utilizadas para este estudo.

Foi realizado um levantamento preliminar nos Cursos de Pós Graduação (Mestrado e Doutorado) em Educação reconhecidos e recomendados pela CAPES, sendo registradas 25 teses e 109 dissertações defendidas nos anos de 2000 a 2009 no Brasil, em diferentes Instituições. Totalizando 134 dissertações e teses registradas no período, as mesmas foram distribuídas em 14 categorias, conforme quadro abaixo:

Categorização de dissertações e teses (2000-2009)

Categorias		Nº
1	Educação na terceira idade	19
2	Universidade Aberta para a Terceira Idade	8
3	Políticas públicas e sociais para a terceira idade	3
5	Atividade Física para a terceira idade: corporeidade, esporte e lazer	12
6	“Ageism” e Formação dos professores	4
7	Representação social da velhice	15
8	Inclusão digital e a terceira idade	5
9	Saúde e envelhecimento	21
10	Terceira idade: diferentes aspectos (trabalho, inserção social, gênero, estado civil, memórias, histórias de vida, expectativas, turismo, meio ambiente)	36
11	Envelhecimento na literatura: diferentes olhares	2

12	Conselho de Idoso/cuidador de idosos	4
13	Meios de comunicação e terceira idade	2
14	Aposentadoria e trabalho voluntário	3
Total		134

Fonte: Quadro elaborado pela autora

Após o levantamento, os trabalhos foram distribuídos nas categorias indicadas, entretanto, muitos trabalhos podem ser enquadrados em mais de uma categoria, mas foram distribuídos conforme a temática que prevalece na investigação que cada um aborda.

Diante deste número de trabalhos científicos, o interesse foi grande no estudo específico da categoria universidade aberta para a terceira idade, o que está sendo explicitado neste artigo.

As dissertações e teses destacadas acima estão distribuídas em 42 programas de Pós-Graduação em Educação, nas 5 regiões geográficas do Brasil, conforme os dados do quadro a seguir:

Região	Programas	Dissertações	Teses
<b>Sul</b>	<b>12</b>	<b>38</b>	<b>3</b>
PR	3	7	1
SC	2	1	0
RS	7	31	2
<b>Sudeste</b>	<b>19</b>	<b>49</b>	<b>19</b>
SP	10	23	18
RJ	6	22	0
MG	2	3	1
BA	1	1	0
<b>Centro-oeste</b>	<b>4</b>	<b>10</b>	<b>0</b>
MT	1	1	0
GO	1	2	0
DF	2	7	0
<b>Nordeste</b>	<b>4</b>	<b>8</b>	<b>3</b>
PB	1	5	0
CE	1	2	1
RN	1	1	2
MA	1	1	0
<b>Norte</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>0</b>
PA	2	1	0
AM	1	1	0
Total	42	109	25

Fonte: Quadro elaborado pela autora

Pode-se perceber que o maior número de trabalhos acadêmicos sobre a temática concentra-se na Região Sul e Sudeste e também a preocupação em investigar o tema se intensificou nos quatro últimos anos com o crescimento no número de dissertações e teses.

Conforme levantamento sobre as dissertações e teses abordando a terceira Idade em Cursos de pós Graduação reconhecidos e recomendados pela Capes entre 2000 e 2009, verifica-se um crescimento gradativo, como explicita a tabela abaixo.

Ano	Nº Dissert.	Nº Teses	Total	Percentual
2000	5	1	6	4,47
2001	6	5	11	8,20
2002	8	2	10	7,46
2003	4	0	4	2,98
2004	8	1	9	6,71
2005	4	1	5	3,73
2006	19	3	22	16,41
2007	14	4	18	13,43
2008	17	7	24	17,91
2009	24	1	25	18,65

Fonte: Quadro elaborado pela autora

Nos anos de 2000 a 2005 o número de trabalhos acadêmicos nos Cursos de pós Graduação em Educação reconhecidos e recomendados pela Capes no Brasil somam entre dissertações e teses 45 no total, representando 33,55%. Nos anos seguintes, de 2006 a 2009 registrou-se um aumento significativo com um total de 89 trabalhos, representando um percentual de 66,40%, ou seja, praticamente o dobro. Isso pode ser atribuído ao envelhecimento da população, ao interesse na realização de diferentes pesquisas sobre a terceira idade na busca de uma melhoria nas condições de vida da população da terceira idade e subsidiar também a criação e implementação de políticas públicas e sociais para esta faixa etária. Esse crescimento e efervescência na pesquisa pela área gerontológica, considerando aqui o recorte educacional, estimula ainda mais pesquisadores a se envolverem com o tema e sensibilizar a sociedade política e civil a se comprometerem com a população que envelhece, instrumentalizando-a com conhecimentos e informações, abrindo espaço nas universidades

para esta faixa etária, fundamentada na educação permanente e na busca de um novo olhar sobre a terceira idade, esboçando um novo paradigma da velhice.

Nesse artigo, a leitura e análise das dissertações selecionadas na categoria da universidade aberta para a terceira idade apresentam uma visão mais ampla, embora tenham sido lidas na íntegra, não apresentam uma análise aprofundada.

A análise seguiu um roteiro pré-estabelecido que abordava além dos dados de identificação, a metodologia, os principais autores que fundamentam teoricamente, o campo e os sujeitos da pesquisa, a amostra da pesquisa, as principais contribuições dos trabalhos analisados. Com esta abordagem analítica, foram identificadas as lacunas e fragilidades existentes nos trabalhos sobre a temática e que precisam ser superadas.

Com a síntese crítica destes trabalhos, acredita-se que serão privilegiados os aspectos mais relevantes no processo de educação na terceira idade e as UATI, tendo em vista o desenvolvimento e aprofundamento em pesquisas científicas com o intuito de disseminar as atividades educativas para a terceira idade na mesma proporção da demanda populacional desta faixa etária.

A análise do conteúdo dos trabalhos destaca as principais contribuições das categorias selecionadas, as quais irão contribuir como subsídio para a elaboração de políticas educacionais para a terceira idade, as quais ainda são incipientes na sociedade brasileira. Por meio da educação permanente, no seu sentido mais amplo, que acompanha o indivíduo ao longo da vida, enquanto processo exponencial (PINTO, 1989), ocorre a aquisição de conhecimentos, atualização, refletindo na auto-estima e valorização da terceira idade, possibilitando uma maior inserção e participação familiar e social propiciando um empoderamento desta faixa etária.

A formulação e implementação de políticas públicas educacionais para a terceira idade, hoje inexistente, vista como um processo dialético e contraditório resgatando a história e a demografia social brasileira, sem desconsiderar os condicionantes econômicos, políticos e culturais emerge como necessária, evitando análises superficiais e descontextualizadas.

## UNIVERSIDADE ABERTA PARA A TERCEIRA IDADE: UMA REALIDADE CONSOLIDADA

Por muito tempo a educação para o idoso foi ignorada na sociedade brasileira, sob a justificativa de que o idoso é uma parcela da população que não oferece retorno à sociedade, é improdutivo, e até com incapacidade para a aprendizagem. A valorização do jovem, da agilidade, flexibilidade é enaltecida em detrimento da sabedoria e da experiência dos idosos.

São visões negativas e sem fundamentação científica, mas que esboçam uma representação distorcida e pessimista do idoso.

Refletindo sobre a educação enquanto um fenômeno essencialmente humano, é um processo contínuo, um fato existencial e social. A educação é um fenômeno cultural e não proporciona formação uniforme a todos os indivíduos porque é sustentada por uma ideologia, com finalidade estabelecida, inserida em um contexto sócio-econômico, em um dado tempo histórico. “A educação é o processo pelo qual a sociedade forma seus membros à sua imagem e em função de seus interesses” (PINTO, 1994, p.29).

A educação é uma prática política, de caráter permanente, permeando os homens em todos os espaços sociais, não podendo ser atribuída apenas à uma instituição, a escola, a responsabilidade de educar, mas é compromisso da família e da sociedade.

Não se pode considerar apenas um modelo de educação porque na busca pela constituição do homem social, ela varia nas fases da vida, reflete e limita-se pelas políticas educacionais, metodologias, interesses, percepções, financiamentos, professores.

A educação acontece ao longo da vida somada a prescrição legal de ser um direito do cidadão, logo o idoso precisa e tem o direito de ser educado e para tal necessita de espaços educativos que correspondam as especificidades e demandas da faixa etária.

A educação permanente possibilita o desenvolvimento do idoso integral, independentemente da classe social ou situação de marginalização em que o indivíduo esteja inserido, permitindo que ocorram o desenvolvimento intelectual, social, cultural e político.

É imprescindível compreender que a educação é um conjunto da produção humana, e se caracteriza como trabalho não material, em relação direta com hábitos, conceitos, habilidades, atitudes e idéias (SAVIANI, 2003).

A educação deve ser considerada como

[...] um processo que não se conclui nunca, estendendo-se por toda a vida dos sujeitos. Significa dar oportunidade de aprendizagens contínuas, objetivando a atualização do ser humano, atendendo suas necessidades de inserção e aprimoramento do saber (TEODORO, 2006, p.43).

A educação voltada ao idoso deve revestir-se de uma ação consciente que atinja seus objetivos, sem olvidar de metodologias, materiais e enfoques específicos.

Segundo Delors (1999, p.18)

Parecer impor-se, cada vez mais, o conceito de educação ao longo da vida, dadas as vantagens que oferece em matéria de flexibilidade, diversidade e acessibilidade no tempo e no espaço. É a idéia de educação permanente que deve ser repensada e ampliada. Ela deve ser encarada como construção contínua da pessoa humana, dos seus saberes e aptidões, da sua capacidade de discernir e agir. Deve levar cada um a tomar consciência de si próprio e do meio ambiente que o rodeia, e a desempenhar o papel social que lhe cabe enquanto trabalhador e cidadão.



A educação reveste-se do papel de reprodutora das desigualdades sociais, em uma sociedade capitalista, na qual se evidencia a dominação simbólica, mas contraditoriamente também assume o papel de transformadora da sociedade, oportunizando a crítica e a criatividade para a reformulação dos ideais sociais, políticos, científicos e culturais.

Segundo Freire (1979, p.27), a educação é uma resposta da finitude da infinitude, entendendo que os homens são sujeitos inconclusos e os processos educacionais possibilitam o crescimento e a superação deste caráter de inacabamento, seja qual for a idade ou situação.

“Nenhuma ação educativa pode prescindir de uma reflexão sobre o homem e de uma análise sobre suas condições culturais. Não há educação fora das sociedades humanas e não há homens isolados”(FREIRE, 1979, p.61).

A primeira Universidade Aberta para a Terceira Idade surgiu em Toulouse, em 1973, com Pierre Vellas “com o objetivo de tirar os idosos do isolamento, propiciar-lhes saúde, energia e interesse pela vida e modificar sua imagem perante a sociedade” (PALMA, 2000, p.53). Aos poucos as iniciativas foram se disseminando em várias universidades nos mais diferentes países. Entretanto, este objeto de pesquisa foi pouco contemplado por muitas décadas, sendo que as produções de teses e dissertações foram pouco significativas e quantitativamente reduzidas, ampliando consideravelmente apenas nos últimos cinco anos.

Com o envelhecimento da população mundial, o Brasil também acompanha esta tendência, decorre um maior contingente de idosos, fato que impulsiona e justifica as políticas públicas e sociais como também as ações voltadas especificamente para esta faixa etária. Atualmente com mais de 20 milhões de idosos (10,2%), este objeto de investigação despertou o interesse de muitos pesquisadores e a produção acadêmica brasileira cresceu progressivamente.

Diante do crescimento nas pesquisas e publicações, o mapeamento e a análise da produção sobre este tema assume grande importância e significado, pelas razões indicadas a seguir:

- a) Contribuem para estimular mais pesquisas permitindo um entendimento da faixa etária da terceira idade, em sua complexidade, considerando os diferentes aspectos físicos, psicológicos, sociais, espirituais, inseridos em um contexto histórico, político, econômico e social.
- b) Com o crescimento do número de dissertações e teses sobre a questão educacional, a UATI e política da terceira idade, em especial nos últimos 4 anos, as pesquisas de revisões sistemáticas podem oferecer sínteses relevantes sobre as temáticas abordadas;

c) A análise destas produções científicas, somadas as síntese podem subsidiar avanços, para a implementação ou redimensionamento nas políticas públicas e sociais voltadas para a terceira idade.

d) Favorecem e estimulam a criação de programas, projetos e cursos na área educacional voltada para a terceira idade como instrumento de empoderamento, maior inserção social e também respeito e cumprimento ao Estatuto do Idoso quando em seu Capítulo V, destinado a Educação, Cultura, Esporte e Lazer, nos artigos 20 a 25 prescrevem o direito do idoso a educação (Art. 20), o apoio do poder público para a criação das Universidades Abertas para a Terceira Idade (art.25).

Se considerado o número de idosos existentes na população brasileira atualmente percebe-se que a demanda para cursos, projetos e programas é muito grande e o número das Instituições de Ensino Superior que oferecem atividades educacionais para a terceira idade, estabelecendo o recorte para as UATIs, apresentam-se aquém do desejável e necessário.

Em pesquisa realizada por Cachioni (2003) nos diferentes estados brasileiros, foram registrados 100 cursos intitulados Universidades da, para ou à Terceira idade, sendo o maior número no Estado de São Paulo, com 43 ofertas. Esses dados foram atualizados por eodoro (206) que destaca cerca de 130 UATIs. O Estado do Paraná oferece 5, sendo cada um dos Cursos desenvolvido em uma Universidade Estadual diferente.

Com a população brasileira composta em torno de 21 milhões de idosos, o número de ofertas é reduzido e insuficiente. Paralelamente são oferecidas atividades isoladas e descontínuas por diferentes instituições, e também por Prefeituras, entretanto sem uma organicidade, planejamento ou garantia de continuidade. Evidencia-se também tentativas de experiências inovadoras e relevantes de organização de Cursos de curta duração, privilegiando em grande parte o esporte e o lazer, desconsiderando por outro lado a educação como um processo permanente, reforçando a relevância da aquisição de conhecimentos, de informações para a atualização e maior participação social.

As pesquisas por nós realizadas anteriormente, foram sempre pautadas pela preocupação de busca e comprovação da relevância da educação para qualquer faixa etária, em especial para a terceira idade, enquanto condição necessária para aquisição de conhecimentos, atualização de informações, desenvolvimento de habilidades, crescimento pessoal e profissional, propiciando uma maior inserção e participação familiar e social. A educação investigada como instrumento de empoderamento do cidadão, e aqui sob o recorte cronológico da terceira idade.

Enquanto disciplina científica, surge a Gerontologia Educacional que assume uma dupla dependência epistemológica: por um lado a pedagógica voltada para a pedagogia social e a educação de adultos e, por outro lado a gerontológica, apoiada fundamentalmente na Gerontologia Social. De acordo com Peterson (1976), a gerontologia educacional é um campo de estudo e de prática que tem por objetivo a educação para e sobre a velhice e o envelhecimento, inclui uma dimensão teórica (conhecimento, pesquisa, ensino acerca de teorias de envelhecimento, filosofia, necessidades e contextos nos quais o idoso se encontra, assim como as implicações educativas) e uma dimensão prática (organização, implementação, coordenação e avaliação de programas educativa para os idosos).

A partir dos anos 2000 percebe-se um aumento expressivo nas produções científicas, mas ainda há necessidade de maior enfoque teórico na área, superando o relato de experiências ou a apresentação descritiva de ações educativas para os idosos e UATI, sem reflexões ou contribuições que promovam avanços.

## POLITICAS PÚBLICAS PARA A TERCEIRA IDADE

O desenho demográfico do Brasil evidencia o envelhecimento da população. Com este novo perfil populacional, com um número significativo de idosos, é um grande desafio para a sociedade equacionar as reais necessidades desse, preocupando-se com os direitos e a qualidade de vida.

Com essa nova realidade brasileira, desvela-se a quebra do paradigma da juventude populacional, comprovado pelo contingente de idosos atualmente no Brasil.

Segundo Oliveira (1999), a sociedade coloca o velho em uma situação típica de marginalização social, na medida em que desenvolve inúmeras barreiras sociais e atitudes de preconceitos, desrespeito e discriminação social. Não raras vezes, o idoso é considerado improdutivo e sem capacidade de aprender, incapaz de sonhar e projetar-se na realização destes sonhos.

As políticas públicas devem ser implementadas para assegurar que essas discriminações, situações constrangedoras e discriminatórias que vitimizam os idosos, sejam amenizadas e quiçá eliminadas.

Conforme afirma Boneti (1997, p. 188), “[...] política pública é o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelece no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos da sociedade civil”.

Assim pelo grande contingente de idosos, as demandas sociais são inúmeras em diferentes áreas, entre as quais: previdência social, moradia, saúde, cultura, trabalho, educação e segurança.

As ações governamentais materializadas pelas políticas públicas vem como garantia de que as necessidades básicas dessa parcela da população sejam cumpridas e respeitadas, assegurando o Estado Democrático de Direito do idoso (OLIVEIRA et al., 2011).

Dentro de um novo olhar sobre a velhice, emerge outra representação social, um idoso mais ativo, participativo, conhecedor de seus direitos e integrado socialmente.

Aqui se pontua a educação como estratégia fundamental para empoderar o idoso direcionado no sentido de superação da marginalização, de estereótipos negativos e a construção de uma nova visão de velhice. E, pela educação, aquisição de conhecimentos e atualização, o idoso terá uma participação mais ativa e integrada na sociedade.

A educação é um direito fundamental assegurado pela Constituição, a toda o cidadão, independente da idade e está também incluído em algumas políticas públicas destinadas ao idoso, mas não existe política que referencie exclusivamente a educação para o idoso. No Brasil, a legislação educacional contempla a educação básica (educação infantil, ensino fundamental e médio) e o Ensino Superior, juntamente com outras modalidades de ensino, mas o idoso fica deslocado.

Na questão educacional, o idoso está incluído na Educação de Jovens e Adultos, mas não é atribuída relevância ou mesmo existe preocupação com as especificidades e limitações que acompanham a faixa etária.

Em duas leis específicas para o idoso – Lei 8842/94 e o Estatuto do Idoso – Lei 10741/03, prescrevem o direito à educação, respeitando a situação peculiar da idade. Pontuam também a necessidade do poder público criar oportunidades de acesso do idoso à educação e também o apoio a criação das universidades abertas para a terceira idade.

Embora com estas leis, ainda na prática não se efetivam políticas específicas para a educação do idoso.

## A UNIVERSIDADE ABERTA PARA A TERCEIRA IDADE COMO TEMÁTICA DE DISSERTAÇÕES E TESES

Selecionada a categoria da UATI para análise, foram encontrados 8 trabalhos, defendidos em programas de Pós Graduação de 2000 a 2009. Todos são em nível de mestrado.

As 8 dissertações analisadas abordam aspectos distintos sobre a temática: Educação Permanente - 1 trabalho no Rio de Janeiro; Análise e avaliação da universidade aberta para a terceira idade – 3 trabalhos, sendo um abordando a temática ambiental, no Rio de Janeiro, dois desenvolvidos em São Paulo e o terceiro; adesão e evasão dos idosos da UATI – no Rio de Janeiro; a relação professor-aluno na UATI, investigado em São Paulo, e a autobiografia de alunos da UATI, em São Paulo, características e perfil do docente na UATI, pesquisado em São Paulo.

Todas as dissertações constituem um estudo de caso, desenvolvido em uma UATI, sendo que as UATI investigadas são a da UERJ, (3 trabalhos) , e os outros 5 trabalhos investigam a UATI da PUCCAMP.

Três trabalhos fazem menção às políticas públicas, enfatizando o recorte educacional que constitui tema da pesquisa, mas pouco explorado, sendo apresentado mais como justificativa na escolha da temática. A UATI é apresentada como um projeto ou programa extensionista, mas sem grande contextualização com a própria instituição em que está inserida e menos ainda com o contexto sócio-econômico mais amplo.

Os referenciais teóricos nos quais se fundamentam os trabalhos, apresentam uma convergência de autores que hoje se sobressaem nos estudos sobre o envelhecimento e sobre a velhice, nas questões educacionais, entre os quais: Veras(1995), Palma(2000), Jordão Netto (1997), Beauvoir (1990), Néri (1991, 1995), Cachioni (2003), Oliveira (1999, 2010, 2011).

É consenso nos trabalhos a relevância da educação para o idoso, ressaltando a necessidade de metodologia e de materiais específicos para esse grupo, assegurado pelas políticas públicas entre as quais o Estatuto do Idoso. A literatura sobre a temática tem crescido significativamente na última década, anteriormente era muito precária e fundamentava-se em autores estrangeiros que eram adaptados à nossa realidade.

Embora os trabalhos tenham como ponto comum o estudo da UATI, se encaminham com abordagens variadas, seguindo o aspecto estabelecido.

Existe uma ausência de abordagem das teorias que fundamentam o envelhecimento e a velhice e que de certa maneira, explicam e justificam as características dessa faixa etária, facilitando o entendimento das especificidades educacionais.

Outro aspecto convergente refere-se a educação como instrumento de empoderamento do idoso, mesmo de maneira implícita reforça-se a relevância e o direito do idoso à educação.

Os trabalhos analisados referenciam em diferentes dimensões a origem, o surgimento das UATI na França, as conquistas e disseminação destes projetos/programas pelo mundo.

Como ponto comum também se evidencia a predominância da utilização de entrevistas e /ou questionários com idosos, na UATI, com o objetivo de refletir sobre a educação nesse grupo, tendo como foco principal a educação permanente, pelo qual o idoso volta a estudar, reflete sobre a sua vida, desenvolve e amplia suas habilidades, elabora novos objetivos e traça estratégias para alcançá-los.

A educação permanente fundamenta todas as ações educacionais para o idoso, destacando-se especialmente das UATI.

As UATIs desenvolvem um trabalho de grande relevância social porque tais ações incidem diretamente na instrumentalização do idoso com conhecimentos, oportunizando um empoderamento e a longo prazo, uma superação de fragilidades e situação de vulnerabilidade que atualmente o idoso está exposto.

#### PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES E LACUNAS NA ANÁLISE DAS DISSERTAÇÕES

As pesquisas analisadas oportunizam reflexões relevantes para a construção do conhecimento acerca da temática abordada. As perspectivas, importância e como contraponto encontram-se as limitações e barreiras na implementação das políticas públicas, aqui enaltecendo a criação da UATI, pelas instituições de ensino superior, ainda distancia-se muito da necessidade real se estabelecida uma proporção com o contingente de idosos da população brasileira.

Evidencia-se um salto qualitativo na produção sobre o tema do envelhecimento, políticas públicas, educação para o idoso e UATI, tanto em qualidade como em quantidade.

Algumas contribuições podem ser enumeradas, como:

- maior visibilidade do idoso na sociedade brasileira contemporânea favorecendo uma vida mais respeitosa, com qualidade, desmistificando estereótipos culturalmente elaborados, oportunizando maior participação e inserção social;

- evidenciam-se a importância da implementação e efetivação das políticas públicas para o idoso, sem caráter específico para a educação do idoso, mas apoiando e estimulando a criação da UATI;

- maior aprofundamento de pesquisas na área de gerontologia, aqui considerando o recorte educacional, pela UATI, com o envolvimento de mais pesquisadores e a própria sensibilização da sociedade civil e política a se comprometerem com uma população que envelhece, na busca de um novo olhar sobre o idoso , esboçando um novo paradigma de velhice

- diferentes aspectos da UATI foram contemplados pelas pesquisas analisadas, variando entre alunos, professores, avaliação de programas, contribuições das UATIs para a vida dos idosos;

- a ampliação do quadro de pesquisadores e estudiosos da temática

- trabalhos que mesmo analisando algum aspecto da UATI apresentam também reflexões mais abrangentes sobre as políticas públicas e a educação para o idoso proporcionada pela UATI;

- as pesquisas destacam o dinamismo na criação e na variedade de organização e estrutura da UATI, entretanto convergindo para questões comuns como a valorização e respeito ao idoso; possibilitar a aquisição de conhecimentos e informação, possibilitar o relacionamento intergeracional; maior inserção e participação social;

- a necessidade das universidades abrirem um espaço educacional para o idoso, acolhendo-os, cumprindo com sua responsabilidade social e com a sua função extensionista, além da pesquisa que irá subsidiar qualquer ação educativa para o idoso.

Alguns aspectos inexistentes, frágeis ou passíveis de aprofundamento também foram detectados na análise das dissertações, entre os quais:

- A inexistência de uma política educacional para o idoso, e também a falta de uma orientação legal para a criação da UATI;

- a carência de uma regulamentação para o surgimento e implementação da UATI. No Estatuto do Idoso está referenciado o apoio do Estado na criação da UATI. Não existe qualquer ação efetiva neste sentido, sendo atribuída a responsabilidade para professores que de maneira isolada estabelecem seus projetos e programas;

- pouco apoio e incentivo para pesquisas nesta área, educação para o idoso e a UATI, não sendo reconhecido como eixo para trabalhos nos principais eventos educacionais do país. Não existe um GT específico para reflexões e discussões sobre as UATI e educação para o idoso. As pesquisas sobre a UATI nos trabalhos analisados são muito descritivas, narrativas e pouco críticas ou analíticas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, foi apresentada uma análise de dissertações que possuem como temática a Universidade Aberta para a Terceira idade e, em uma abordagem mais ampla, as políticas públicas e educacionais para o idoso e educação para esta faixa etária. Referencia-se também as principais contribuições, fragilidades e lacunas dos estudos em questão.

Registra-se o número reduzido de trabalhos que abordam esta temática, podendo ser explicado por ser um tema relativamente novo, pela falta de conscientização do envelhecimento acelerado da população brasileira que ainda não equacionou esta situação e como decorrência o aumento nas demandas dessa faixa etária; o pequeno apoio de órgãos financiadores de pesquisas com esta temática, a falta de valorização e espaço para discussão do tema em eventos de educação em nível nacional e como consequência a falta de visibilidade do pesquisador dessa temática.

Pode-se ressaltar também a tendência destes trabalhos analisados serem muito descritivos e pouco analíticos. Apresentaram também sem uma metodologia muito clara, sem um pressuposto teórico, restrito mais a construção de dados e instrumentos de coleta.

A UATI enquanto espaço educacional para o idoso é apresentada nas dissertações sem uma articulação com o contexto sócio-político e econômico no qual está inserido, sofre influências e influencia simultaneamente, num eterno movimento contraditório, mas complementar. Assim, sugere-se uma abordagem mais crítica das UATIs, com a complexidade que exige, inserida na totalidade social.

Outro aspecto relevante e conclusivo é a necessidade de uma política educacional para o idoso, orientações legais para a criação e implementação de UATI compatíveis com as particularidades do idoso mas ampliadas em número e acessíveis ao contingente de idosos que cresce expressivamente.

Estes trabalhos propiciam uma disseminação de conhecimentos sobre a temática, dentro dos princípios de ética e cientificidade, com um compromisso de pesquisador em superar estigmas e estereótipos negativos acerca da velhice, fortalecidos culturalmente, esboçando um outro paradigma da velhice, compatível com a imagem de um idoso que hoje emerge em nossa sociedade, mais ativo, participativo, integrado, valorizado e respeitado.

A educação para o idoso, por meio das UATI pode legitimar, intensificar as discriminações e a desvalorização desta faixa etária enfatizada pela sociedade; mas paradoxalmente pode desenvolver o senso crítico do idoso, estimular a criatividade e a participação, contribuindo para o idoso ser protagonista da própria história e despertar maior e credibilidade e reconhecimento da sociedade, no potencial do idoso ser um eterno aprendiz.

## REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, S. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BONETI, L. W. **Educação, exclusão e cidadania**. Ijuí: Unijuí, 1997.



BRASIL. **Lei n. 8.842 de 4 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso. Brasília, 1994.

BRASIL. **Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

CACHIONI, Meire. **Quem educa os idosos?** Um estudo sobre professores de universidade da terceira idade. São Paulo: Alínea, 2003.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez. Brasília: MEC, UNESCO, 1999.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

JORDÃO NETTO, A. **Gerontologia Básica**. São Paulo: Lemos, 1997.

NERI, A.L. **Envelhecer num país de jovens**. Campinas: Unicamp, 1991.

\_\_\_\_\_. **Psicologia do Envelhecimento**. Campinas: Papyrus, 1995.

OLIVEIRA, R. C. S. **Terceira idade: do repensar dos limites aos sonhos possíveis**. Campinas: Papyrus, 1999.

\_\_\_\_\_. O processo histórico do estatuto do idoso e a inserção pedagógica na universidade aberta. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, v.7, n. 28, p. 278-286, 2007.

OLIVEIRA, R. C. S.; SCORTEGAGNA, P. A.; OLIVEIRA, F. S. **O envelhecimento e a velhice: teorias, demografia e política**. Curitiba: CRV, 2011.

PALMA, L. T. S. **Educação permanente e qualidade de vida: indicativos para uma velhice bem-sucedida**. Passo Fundo: UPF, 2000.

PETERSON, A. D. Educational gerontology: the state of the art. **Educational Gerontology**, v.1, n. 1, p. 61-73, 1976.

PINTO, A. V. **Sete lições sobre a educação de adultos**. São Paulo: Cortez, 1989.

SAVIANI, S. **Pedagogia histórico-crítica**. Campinas: Autores Associados, 2003.

TEODORO, M. F. M. **UnATI/UERJ: uma proposta de educação permanente para o cidadão idoso**. 2006. 175p. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Católica de Petrópolis, Rio de Janeiro, 2006.

VERAS, R. **Terceira Idade: um envelhecimento digno para o cidadão do futuro**. Rio de Janeiro: Relume/Dumrá, 1995.